

“

ANÁLISE

de

DISCURSO

Prof. Leandro Tafuri

”

CAROS ALUNOS

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

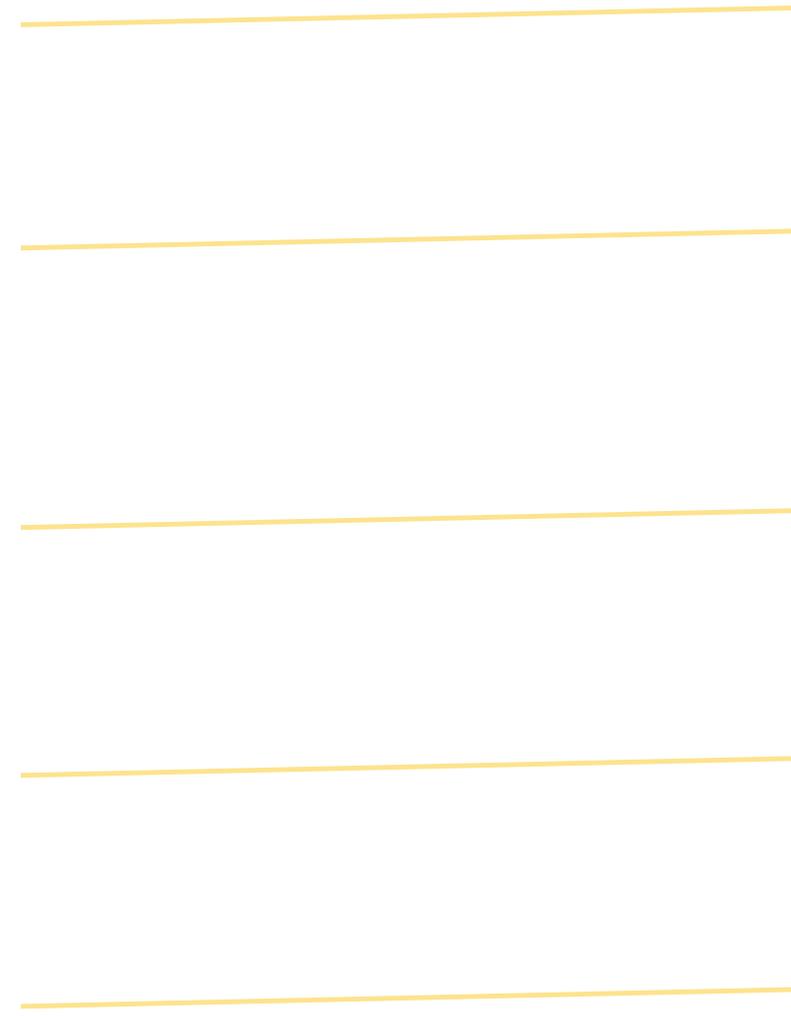
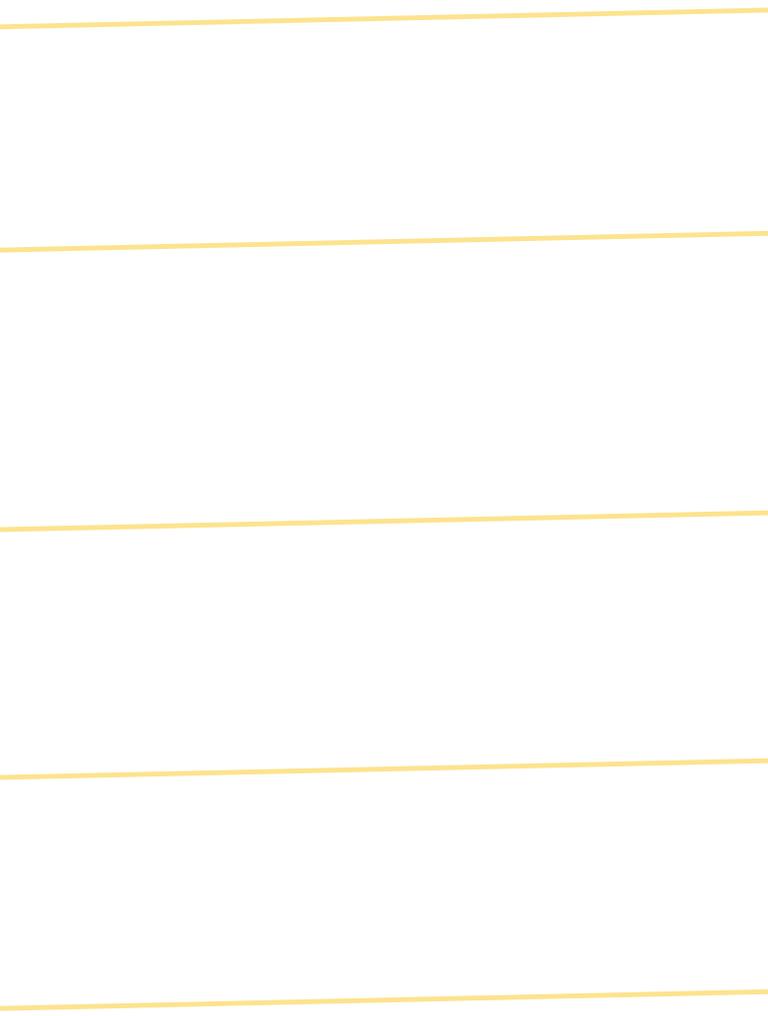
O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra superior ou inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

ÍNDICE



APRESENTAÇÃO



Acadêmicos,

Ao chegar à universidade, nos deparamos com um sem-número de atividades a serem realizadas. Atividades estas que perpassam, necessariamente, por leituras e interpretações. E é disto que a disciplina, Análise de Discurso e Arte, trata, de leitura, de gestos de interpretação, pois, assim como salienta Orlandi (2010, p.25), Análise de Discurso é uma disciplina que “[...] teoriza sobre a interpretação, isto é, que coloca a interpretação em questão.” Assim, é uma área do saber que tem como objetivo analisar/interpretar os objetos simbólicos (enunciados, textos, pinturas, músicas, filmes...).

A disciplina está dividida em três unidades. Na primeira, fazemos uma breve apresentação, situando a Análise de Discurso no campo da linguística. A segunda unidade, um pouco mais extensa, trabalha os conceitos teóricos da Análise de Discurso que visam dar suporte para que o sujeito-analista construa seu dispositivo analítico. Na terceira, é realizado um breve gesto de interpretação de uma obra de arte criada por Tarsila do Amaral, o *Abaporu*.



“UNIDADE 1

Análise de Discurso: campo interdisciplinar

O interesse pela linguagem, de acordo com Petter, é muito antigo e “[...] expresso por mitos, lendas, cantos, rituais ou por trabalhos eruditos que buscam conhecer essa capacidade humana.” (2010, p.12). No início, questões religiosas levaram os hindus a estudar sua língua. No século XVIII, foram descobertos modelos de análise realizados pelos gramáticos hindus, dentre eles, Panini (século IV a. C.).

Por sua vez, os gregos intentaram estudos que relacionam o conceito e a palavra que o designa, para responder à questão: será que existe uma relação necessária entre a palavra e o seu significado? A esta questão, Platão dispensa atenção na obra *Crátilo*. Já na Idade Média, os modistas “[...] consideraram que a estrutura gramatical das línguas é una e universal, e que, em consequência, as regras da gramática são independentes das línguas em que se realizam.” (PETTER, 2010, p.12).

Os séculos XVII e XVIII vão dar continuidade às preocupações dos antigos. Em 1660, a *Grammaire générale et raisonnée de Port Royal*, ou *Gramática de Port Royal*, de Lancelot e Arnaud, modelo para grande número de gramáticas do século XVII, demonstra que a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento e que, portanto, os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas servem a toda e qualquer língua. (PETTER, 2010, p.12)

Desta forma, no século XIX, e a partir de um conhecimento maior sobre as línguas, tem-se um crescente interesse pelo estudo comparativo das línguas vivas, em detrimento de um raciocínio mais abstrato sobre linguagem. “É nesse período que se desenvolve um método histórico, instrumento importante para o florescimento das gramáticas comparadas e da Linguística Histórica.” (PETTER, 2010, p.12). Mesmo em novas bases, o pensamento linguístico contemporâneo se forma a partir de princípios metodológicos elaborados na época, quando se preconiza a análise dos fatos observados.

Com uma obra que compara o sânscrito ao latim, ao grego, ao persa e ao germânico, Franz Bopp se destaca como marco do surgimento da linguística histórica.

A descoberta de semelhanças entre essas línguas e grande parte das línguas europeias vai evidenciar que existe entre elas uma relação de parentesco, que elas constituem, portanto, uma *família*, a *indo-europeia*, cujos membros têm uma origem comum, o *indo-europeu*, ao qual se pode chegar por meio do método histórico-comparativo (PETTER, 2010, p.12-13, grifos no original).

É no século XX, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, obra póstuma de Ferdinand Saussure, que os estudos sobre a língua tomam uma perspectiva sincrônica, em detrimento da diacronia realizada até então. Nesse sentido, cabe evidenciar a diferença entre **sincronia e diacronia**..... proposta por Ferdinand Saussure na obra. O mestre genebrino, utilizando-se da metáfora do xadrez, explica a diferença. Para Saussure (1999), estudos diacrônicos levam em consideração a evolução histórica da palavra, é como se, numa partida de xadrez, uma pessoa, ao chegar posteriormente ao início da movimentação das peças, precisasse saber de todo o processo que levou esta peça a ocupar determinado espaço no tabuleiro. Por sua vez, a sincronia, considera a língua estaticamente, como se

o observador, ao se deparar com o tabuleiro de xadrez, fizesse considerações sobre o jogo, as peças, sem levar em conta o seu percurso até a casa ocupada.

Com base nesta constatação saussureana, a linguística comparativa e histórica, pela primeira vez, trata da linguagem em si mesma e por si mesma, desconsiderando a tradição que se vale de outras áreas como a lógica, a retórica, a poética. Este recorte epistemológico feito por Ferdinand Saussure confere à linguística o status de disciplina, fazendo com que a língua seja seu objeto de estudo.

Ferdinand Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, ao fazer o recorte teórico, no qual escolhe a língua como objeto de **estudo da linguística**, deixa de lado a fala. No entanto, Benveniste retoma essa alternativa de uma linguística da língua versus linguística da fala.

Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados por procedimentos rigorosos, separados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação. (BENVENISTE apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p.173).

Dessa forma, compreende-se que as linguísticas enunciativas divergem da linguística da língua e priorizam o estudo dos fatos da fala, a produção de enunciados por locutores, na situação real de comunicação.

Diferentemente do gerativismo e do estruturalismo, a **enunciação** depende atenção ao sujeito da linguagem, colocando-o no centro da linguística, uma vez que são suas marcas de inscrição no enunciado que constituem o objeto do trabalho do linguista. O sujeito falante, a partir da década de

1920, com Mikhail Bakhtin, é um sujeito em relação ao seu meio, que tem interiorizadas as normas e as formas discursivas exteriores a ele. Sendo assim, a enunciação se materializa como o verdadeiro lugar da fala que, para o autor russo, se define como interação verbal.

Benveniste é tido, por muitos, como o pai da enunciação, pois reclama o lugar do sujeito nos estudos da linguagem. Para ele, a enunciação é colocar em funcionamento a língua por um indivíduo, sujeito. Dessa forma, entende-se o conceito de enunciação deste autor como a apropriação que o sujeito faz da língua, para falar.

A Análise de Discurso é uma teoria da leitura, ou para ser mais exato, que formula uma teoria da leitura que se edifica, basicamente, rompendo com a análise de conteúdo e com a filologia. Da análise de conteúdo, a Análise de Discurso rejeita o tratamento informacional do texto ao inserir a noção de efeito de sentido entre interlocutores. De acordo com Possenti (2007, p.359), também refuta a ideia de que “[...] palavras, expressões ou estruturas sintáticas pudessem ter sido uma garantia de sentido, que a linguística histórica recuperaria.”

Diferentemente da Linguística Textual, que tem como objeto o funcionamento interno do texto, a Análise de Discurso estuda as produções verbais no interior das condições sociais de produção.

A Análise de Discurso, disciplina elaborada no final da década de 1960, na França, a partir dos estudos de Michel Pêcheux, diferentemente do estruturalismo, por exemplo, não considera a língua como um sistema abstrato, mas sim seu funcionamento no mundo, com os homens falando.

De acordo com Orlandi (2010), a Análise de Discurso leva em conta o homem na sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem. Para a Análise de Discurso não

há falante, locutor, nem tão pouco emissor. Há sujeito. Esta noção concorre para esta disciplina de interpretação, de gestos de leitura, romper com a pragmática e com as teorias linguísticas dominantes.

A leitura, nas palavras da autora, mostra-se como não transparente, articulando-se em dispositivos teóricos. Para tanto, filia-se ao materialismo histórico, a partir de leituras de Marx via Althusser, à Psicanálise, a partir de leituras de Lacan em releituras de Freud; e ao estruturalismo de Saussure. Estas áreas do saber confluem para um campo propício para que surgisse uma disciplina como a Análise de Discurso, uma disciplina que teoriza a interpretação.

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma 'chave' de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2010, p.26).

Para que a Análise de Discurso seja percebida como um dispositivo de leitura, de interpretação, se faz necessário compreender alguns conceitos-chave para esta disciplina de entremeio. A Análise de Discurso, portanto, visa entender como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de sentidos para e por sujeitos. “Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura.” (ORLANDI, 2010, p.26-27).

Nesse gesto de interpretação, cabe ao analista delinear a questão que desencadeia a análise, uma vez que ancorado no dispositivo teórico da interpretação, há uma parte que é de responsabilidade do analista e outra que deriva do próprio suporte teórico metodológico da Análise de Discurso.

Ao intentar um gesto de leitura, o leitor/analista/sujeito evidencia circunstâncias que mostram que os sentidos não estão estanques nas palavras, nos textos, mas nas relações com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem unicamente das intenções dos sujeitos. Os dizeres, portanto, são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão, de alguma forma, presentes no modo como é dito, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender.

A leitura, na perspectiva da Análise de Discurso, tem como centro o sujeito, que constrói sua identidade em relação ao outro, à alteridade. Esse sujeito se significa e significa o outro por meio das projeções imaginárias. Os dizeres, de acordo com Orlandi (2010), têm relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. São nestas relações de sentidos que o discurso é visto não como algo acabado, mas como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo.

Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber-discursivo, o já-dito). (ORLANDI, 2010, p.40)

A memória, na perspectiva da Análise de Discurso, é tratada como interdiscurso, que é definido como aquilo que é falado anteriormente, em outro lugar, independentemente. De acordo com a autora, é a memória discursiva, “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a

forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível sustentando cada tomada da palavra.” (ORLANDI, 2010, p.30). Dessa forma, o interdiscurso traz à tona dizeres que afetam o modo como o sujeito significa, numa situação discursiva dada.

A interdiscursividade, portanto, é assinalada pela imbricação de diferentes discursos, oriundos de diversos momentos da história e de múltiplos lugares sociais. Os enunciados apreendidos em dada materialidade linguística explicitam que o discurso se constitui da dispersão de acontecimentos e discursos outros, historicamente marcados, que se transformam e se modificam. Uma formação discursiva dada apresenta elementos vindos de outras formações discursivas que, por vezes, contradizem, refutam-na. Na história e no social, observa-se uma dispersão de discursos e acontecimentos que, na descontinuidade própria dos elementos e acontecimentos históricos, na contradição e negação do que se pode dizer somente em determinada época e/ou lugar, encontra-se a unidade do discurso.

A noção de memória discursiva não se refere a lembranças do passado, a recordações que um indivíduo tem do que já passou. De acordo com Achard (2007, p.11), “[...] a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social.” Entende-se este espaço de memória como condição do funcionamento discursivo que se constitui um corpo histórico-social. Os discursos acionam uma memória coletiva na qual os sujeitos se inscrevem. Esta memória é coletiva, pois a existência de diferentes discursos implica a existência de vários grupos sociais.

Estes determinados grupos sociais se filiam e compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, em contrapartida, mantêm posições divergentes em relação a outros discursos. Evidenciam-se, nesse sentido, acontecimentos anteriores e exteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

No processo de leitura, conforme observado, entram em jogo processos sócio-históricos e ideológicos. São as formações ideológicas que orientam os dizeres, pois, sendo elas um complexo de atividades e representações que não são nem individuais nem universais, são responsáveis por relacionar os conflitos entre classes e, ancorados em formações discursivas, fazem com o que os sujeitos enunciem x e não y.

A Análise de Discurso rompe com as pesquisas nas ciências sociais e exatas e estrutura uma metodologia diferenciada para a abordagem do seu objeto, o discurso. Nessa perspectiva, a língua é tomada desde uma base linguística em direção a processos discursivos, pelos quais o analista sabe como determinados efeitos de sentidos se constituem, deixando de lado os conteúdos do texto. A metodologia, segundo Orlandi (2010), consiste-se de um dispositivo teórico e de um dispositivo analítico, que se realizam num movimento pendular de retorno incessante, conforme Silveira (2013), entre a teoria e prática analítica, em torno do discurso.

Essa disciplina de interpretação, a Análise de Discurso, tem sua gênese nos estudos de Michel Pêcheux, nos idos dos anos 1960 e se consolida, no Brasil, com Orlandi e os pesquisadores que com ela trabalham. Embora seja uma disciplina originada da confluência de outras, vale destacar que:

[...] na perspectiva da análise de discurso [...], o objeto é o discurso. Trabalha-se com o discurso para se entender o que ele é. Isso implica tanto na constituição de um objeto específico como em uma mudança de terreno teórica em que a Linguística está pressuposta, mas ressignificada teoricamente e em que a noção de língua, herdada da Linguística enquanto se considera que ela (língua) tem sua ordem própria, é vista, no entanto como só relativamente autônoma no âmbito da discursividade. (ORLANDI, 2004, p.18, grifo no original).

Essa perspectiva teórica não tem como centro a língua mas, de acordo com a autora, é pressuposta para o seu estudo, enquanto lugar material da ideologia. A disciplina não trabalha a língua como um sistema abstrato, mas no seu funcionamento no mundo, observando as maneiras de significar, por meio da produção de efeitos de sentido, do homem falando.

A análise de discurso, conforme salienta Ferreira (2008), faz pensar a relação existente entre mundo e linguagem, mediada pela ideologia; em que todo enunciado (verbal e não-verbal) é passível de interpretação; na não transparência da língua; na ilusão do sujeito de poder controlar tudo. Por fim, a Análise de Discurso sinaliza que no discurso entrecruzam-se língua, história e formação social.

Ao longo dos tempos, desenvolvem-se práticas investigativas e estudos com interesse em entender e interpretar os acontecimentos ocorridos na formação social e a relação dada pela língua, na história. Na pós-modernidade e na contemporaneidade, o conhecimento é dividido conforme os interesses de determinados grupos. Dessa forma, conforme Orlandi (2010), o analista, no momento em que constitui o corpus, realiza um gesto de interpretação, considerando que a questão de pesquisa determina o que faz parte do arquivo e o que não faz. Os recortes representam uma visada no corpus para responder à questão de pesquisa e atender aos objetivos propostos, delimitando-a.

Essa delimitação ocorre por uma escolha do analista em função da teoria e do seu posicionamento frente ao objeto, sendo que a teoria, de acordo com Orlandi, intervém a todo momento “[...] para reger a relação do analista com seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.” (2010, p. 64). A autora enfatiza a necessidade de realizar movimentos em torno do dispositivo teórico, dos recortes com vistas ao dispositivo analítico, que se constitui em um esforço pela objetividade, dada pelo constante retorno do analista à teoria.

Neste cenário, evidencia-se que a linguagem é significada como a instância maior no processo de investigação das produções humanas. Estas relações perpassam diversas áreas, inúmeros campos do conhecimento, como cultura, economia, política, educação, saúde, *mass media*, dentre outros.

Os sentidos não estão prontos para serem compreendidos, evidenciados, uma vez que se concretizam por meio de diferentes materialidades e são trabalhados sob vários pontos de vista. Assim, e no campo do estudo da linguagem, principalmente baseado nos estudos desenvolvidos na área da Análise de Discurso, da concepção de discurso, dos modos como os efeitos de sentidos se constituem para interpretar como os sujeitos, fundados em práticas discursivas constroem imaginários de si mesmos e da formação social, ocupam posições-sujeito, com a inscrição em formações discursivas que direcionam a interpretação.

Na Análise de Discurso não se busca os conteúdos das materialidades textuais, mas o equívoco, a falha, entrelaçando o ideológico e o sócio-histórico.

“UNIDADE 2

Análise de Discurso: conceitos e método

Como já evidenciado na unidade 1, existem várias perspectivas teóricas de análises discursivas, no entanto, adota-se à de vertente francesa, proposta por Michel Pêcheux. O analista de discurso, ao posicionar-se diante do objeto a ser analisado, o discurso, impulsiona alguns conceitos a fim de iniciar o gesto interpretativo. A análise de discurso proposta por Pêcheux (na França) e trazida ao Brasil e aqui difundida por Orlandi, oferece alguns conceitos que a serem mobilizados para a constituição do arcabouço teórico-metodológico. É por meio deste arcabouço que o analista compreende o funcionamento do discurso, do sujeito, da ideologia, das formações imaginárias.

Faz-se necessário, nesse momento, trazer à discussão o conceito de discurso para a AD, mais precisamente com os estudos de Michel Pêcheux e de Orlandi, conforme já destacado anteriormente, e de pensar as questões de sujeito e de ideologia.

A Análise de Discurso floresce na década de 1960 na confluência entre linguística, materialismo histórico e psicanálise. A caminhada teórica de Pêcheux encontra-se em cheio com a conjuntura teórica que se avoluma na França, nos anos 1970, destacando-se o retorno do sujeito e a desestabilização das positivities. Malidier (2003) afirma que, nesta conjuntura, ocorre o deslizamento da política para o espetáculo, sinalizando para a passagem da teoria para a prática, mais precisamente para o debate em torno da luta de classes, deixando de lado a teorização realizada até então.

Malidier, ao evocar os estudos de Pêcheux, afirma que o discurso parece um verdadeiro nó. “Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente

todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito.” (2003, p. 15). Diante disso, tomar o discurso como objeto de investigação, como objeto de análise científica, requer certo rigor teórico metodológico diferenciando-o das leituras cotidianas e do senso comum, uma vez que a tomada de posição teórica o inscreve em determinada área de conhecimento.

Pela ancoragem dada por Malmidier (2003, p. 17), na releitura que faz de Pêcheux, o encontro dele com Althusser “[...] será decisivo: ele traz o choque de um pensamento político, decide ‘sua entrada na política’”. Conforme destaca Zandwais (2009), enfocando a transformação somente depois das reformulações teóricas da AD, quando pensa nas modalidades de identificação do sujeito e, aceita a contraidentificação, o sujeito, mesmo inscrevendo-se em uma formação discursiva determinada, exerce a resistência e promove a transformação, sem sair ou se desidentificar da FD em que se inscreve.

Pêcheux vive a crise epistemológica da linguística na década de 1960 e, ao publicar *Les vérités de la palice*, em 1975, traduzido como *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, evidencia a linguagem como prática relacionada a outras práticas (política e científica, por exemplo). É uma obra importante na consolidação da AD, pois convoca, para a linguística, reflexões que advêm do marxismo e da Psicanálise. Dessa forma, afirma-se que Pêcheux rompe com a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, presentificada na linguística estrutural.

A AD é considerada uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 2004) que se estrutura no espaço que há entre a linguística e as ciências sociais, pois seu campo teórico não se resume aos saberes das outras áreas do conhecimento – numa postura simplista de interdisciplinaridade – mas na preocupação em formar uma base teórica para explorar as “[...] contradições emergentes da própria constituição.” (ORLANDI, 2004, p.40) das outras áreas do conhecimento. Sobre a AD como disciplina de entremeio, a autora afirma:

Procuraremos mostrar como, ao trabalhar nesse entremeio de disciplinas, a AD coloca uma relação crítica intrínseca, por trabalhar justamente a sua contradição. Se a linguística deixa para fora a exterioridade (que é o objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é objeto da linguística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a exterioridade (histórico-empírica). (ORLANDI, 2004, p. 26)

Portanto, a AD questiona, na linguística, a negação da historicidade como marca da linguagem e, nas ciências sociais, a ilusão de transparência da linguagem. A AD, para Orlandi é uma antidisciplina que aborda aspectos da linguística e a interpela pela historicidade que “[...] ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam.” (2004, p. 25).

Na perspectiva discursiva, não é trabalhada a língua, nem a linguagem, nem o texto, mas o discurso, definido por Pêcheux (2010 [1969]) como efeito de sentidos entre interlocutores, que não deixa de fora nenhuma dessas instâncias. O termo discurso é discutido sistematicamente na linguística moderna, conforme evidencia Courtine (2006).

O objeto da AD é o discurso e todo discurso é heterogêneo, heterogeneidade ligada ao fato de sempre estar sob a influência de outros discursos e/ou pelos discursos do outro, num jogo de confrontações, complementações e dominação que formam uma rede de sentidos. Segundo Orlandi (2004), a Análise de Discurso não vê o sentido como algo já fixado a priori ou como uma espécie de essência das palavras, mas o considera no sentido da determinação histórica.

Ou seja, só podemos ter língua e história conjugadas pelo efeito ideológico, pela consideração de sua materialidade específica, pela referência ao (inter)discurso. Em outras palavras, o discurso é essa conjunção necessária da língua com a história, produzindo impressão da realidade. O gesto da formulação é o gesto ideológico mínimo, o que consome o imaginário no sujeito (a sua relação imaginária com a realidade) em que o assujeitamento 'se realiza precisamente no sujeito sob a forma de autonomia.' (ORLANDI, 2004, p. 40)

A história é, portanto, analisada como historicidade, pois constitui efeitos de sentidos, tendo em vista que é encarada como “[...] prática, mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação. É ação que transforma, que constitui identidades. Ao falar, ao significar, eu me significo.” (ORLANDI, 2004, p. 28).

Para a AD, todo o fato ou acontecimento histórico significa e, por isso, precisa ser interpretado. É pelo discurso que a história deixa de lado seu caráter meramente evolutivo, sistemático e cronológico, pois, para o analista de discurso, não interessa o rastreamento de dados históricos em um texto, mas a compreensão dos sentidos que são produzidos. Assim, a formação histórica constitui-se pelo simbólico. Tanto o simbólico quanto o histórico mudam/alternam e, deste modo, transforma-se, também, o nível do enunciável. O sentido, não se dá, portanto, isolado, mas no jogo de forças presente na língua entre história, memória e ideologia.

Em relação a isto, é salutar considerar a articulação dos discursos com a ideologia e o inconsciente, pela relação com as condições de produção, o que inclui uma análise do contexto sócio-histórico e do aspecto ideológico. Procura-se responder aos questionamentos: quem fala? Que lugar ocupa na sociedade? Em que formação discursiva se inscreve? Que direitos lhe são reconhecidos institucionalmente? Que valores estão em jogo?

Os discursos retornam e ancoram os outros discursos que significam por memórias e dizeres já ditos em outros momentos e lugares da formação social. Os discursos, portanto, se articulam em uma teia de outros discursos que, de algum modo, indicam certa direção para determinado sentido, no movimento de interpretação. A linguagem funciona não pela história, mas pela historicidade. Isso significa que o discurso entra em uma ordem e quem responde pelo que é dito o faz interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. A importância da análise de discurso reside justamente na tentativa de compreensão dos sentidos produzidos em textos que circulam socialmente, bem como a produção social de sentidos que estão sempre em jogo.

Enfoca-se Courtine (2006) para fazer uma retomada do discurso, destacando as suas origens e o quê do objeto da AD vem de Saussure, de acordo com o autor:

O problema do discurso se tornou o centro de interesse linguístico entre 1950 e 1960, embora sua origem possa ser estabelecida muito antes desse período: a que se dedicaram as retóricas desde a antiguidade clássica, senão voltar suas atenções para o discurso na medida em que formulavam suas regras, descreviam suas configurações, avaliavam seus efeitos? Esse tipo de atenção sobre os mecanismos que governavam o discurso e o tomavam eficiente desviaram-se um pouco desde a fundação da linguística moderna. As razões para isso são bastante conhecidas: com Ferdinand Saussure a linguística se tornou uma linguística da linguagem, excluindo o sujeito falante e, portanto, o discurso produzido por este sujeito. A substituição do paradigma linguístico estrutural pela gramática gerativa, nos anos 60, fundamentalmente, não muda a situação, especialmente porque o discurso se situa no interior da performance, nascendo da teoria linguística que descreve as regras de competência do sujeito falante. Dessa forma, as teorias da linguagem negligenciaram a noção de discurso. (COURTINE, 2006, p. 59)

O discurso, a partir deste momento, emerge como elemento a ser analisado, estudado, uma vez que a linguística deixa de lado estudos frasísticos e não se interessa somente por estruturas como esta (frases), e refere-se à enunciação, como os estudos de Harris, que apresenta uma base para os estudos discursivos em Discourse Analysis. O trabalho do autor inspira inúmeros outros com base no distribucionalismo, como os que se pautam na análise das frases de um texto como um todo. No entanto, vale destacar que a abordagem de Harris é totalmente descritiva e gramatical. Foram os embreadores e, mais tarde, Benveniste quem avançou nestes estudos e entenderam o discurso como objeto para as teorias enunciativas.

Os processos de produção do discurso, conforme destaca Orlandi (2012b), compreendem três momentos de igual importância: constituição, formulação e circulação. Sobre a constituição, a autora afirma ser o momento em que, a partir da memória do dizer, intervém o contexto histórico-ideológico mais amplo. Por sua vez, a formulação relaciona-se ao momento da enunciação especificamente: “É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde).” (ORLANDI, 2012, p.9). E, por fim, a circulação se dá em determinada conjuntura e conforme determinadas condições.

Ao se dizer, se interpreta – e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade – mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se ‘reconhece’, já lá. A significância é, no entanto, um movimento contínuo, determinado pela materialidade da língua e da história. (ORLANDI, 2004, p. 30)

Desta forma, todo discurso remete a outro discurso e o sujeito como origem do que diz é mera ilusão. Um importante componente que sustenta a sensação de unidade, totalidade, centralidade e que traz um caráter de autonomia para os dizeres é a ideologia. Segundo Orlandi (2004, p. 31), “[...] não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia”. A ideologia naturaliza os sentidos que circulam na sociedade para construir uma realidade aparentemente sem conflitos, na qual se camuflam os jogos ideológicos e de linguagem. Nessas condições de produção há uma voz anônima produzida pelo interdiscurso/memória discursiva, em que o sujeito “[...] toma como suas as palavras da voz anônima.” (ORLANDI, 2004, p. 31).

A AD trabalha “[...] a ilusão do sujeito como origem e a da transparência da linguagem e dos sentidos.” (ORLANDI, 2004, p. 33). O trabalho da interpretação, nesta perspectiva, questiona a história cronológica com seus sentidos já dados, entendendo como “[...] fatos que reclamam sentidos.” (ORLANDI, 2004, p. 33). Por isso, concebe-se a análise de discursos como formas como os sentidos são produzidos e entram em circulação.

Na AD, o sujeito é tratado como posição-sujeito e não como ator social. Nesse funcionamento, de acordo com Pêcheux (2009 [1975]), o sujeito desdobra-se em locutor (sujeito da enunciação) e Sujeito do Saber (sujeito universal ou da ciência), em que este último abarca o interdiscurso, que contempla os saberes que o sujeito mobiliza a partir de sua inscrição em formações discursivas, que determinam o que pode/deve ser dito ou o contrário. Ainda em relação ao sujeito e aos seus desdobramentos, Pêcheux (2009 [1975], p. 197) retoma a expressão práticas discursivas para se referir ao complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas e ao fato de que “[...] os indivíduos-agentes [...] agem sempre na forma sujeito enquanto sujeitos”, salientando

que todo sujeito significado “como autor é responsável por seus atos em todas as práticas em que se inscreve.” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 198) e isso acontece pela sua identificação com a formação discursiva que o domina.

Na AD, conforme explicitado, não se trabalha com o sujeito empírico, como a origem do dizer, mas com o sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, filiado em formações discursivas, que determinam o que ele pode ou não pode dizer. Pêcheux (2009 [1975]), quando fala do sujeito, destaca o seu desdobramento em sujeito locutor e sujeito do saber (interdiscurso), evidenciando o modo como ele ocupa posições, que significa o mesmo que lugares sociais. Aborda, igualmente, a norma identificadora pela qual o sujeito se reconhece e se identifica com os demais sujeitos ou se desidentifica, sabendo enfim quem ele é. Em torno da identificação, Pêcheux (2009 [1975]) destaca que o desdobramento do sujeito em sujeito da enunciação (locutor) e sujeito universal (do saber) ocorre por modalidades de identificação com a forma-sujeito.

A primeira modalidade ocorre por meio do que o autor chama do bom sujeito, de modo que na tomada de posição é cegamente determinado pelo que constitui o sujeito universal. A segunda modalidade descrita por Pêcheux refere-se ao que ele designa de mau sujeito, destacando que o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito do saber, distanciando-se e questionando os saberes da FD, mas permanecendo nela, mesmo contraidentificado. De acordo com Zandwais (2009), somente quando aceita que a identificação total é cega, não existe, Pêcheux pensa na ideologia como transformação, indo além do que preconiza Althusser. A autora sublinha que o distanciamento e a reavaliação realizada pelo sujeito locutor desencadeiam a resistência e instaura a contradição, ou seja, mais de uma posição-sujeito em uma mesma FD, sinalizando para a heterogeneidade do sujeito e o

não-fechamento das FDs. A terceira modalidade, apresentada por Pêcheux, é a desidentificação, em que o sujeito locutor rejeita os saberes constitutivos da forma-sujeito e se desidentifica. Em relação a essa terceira modalidade, Indursky (2008) destaca que se trata da ilusão de liberdade do sujeito que pensa ser livre. Na verdade, o que acontece é a saída de uma FD e a entrada em outra, tendo em conta que o sujeito é sempre interpelado pela ideologia.

Nesse encaminhamento, Orlandi (2010) afirma que um dos pontos fortes da Análise de Discurso é a resignificação do conceito de ideologia por meio da linguagem. Desta forma, é uma definição discursiva de ideologia.

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-se no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. (ORLANDI, 2010, p. 45-46)

Isso significa que a ideologia é condição para que se constituam sujeitos e, por consequência, sentidos. Trata-se, nessa perspectiva, não com um sujeito empírico, mas sim com o sujeito discursivo, aquele interpelado ideologicamente e que ocupa, no momento do dizer, uma posição-sujeito, dentre tantas outras que ele pode ocupar.

Pensar a ideologia é, na Análise de Discurso, considerar a interpretação, uma vez que, para que a língua faça sentido, a história precisa intervir pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. A interpretação não é mero processo decodificador, um processo de apreensão de sentido. A interpretação se dá em decorrência da memória, conforme Orlandi, sob dois aspectos:

- a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação lugar em que se separa quem tem e quem não tem o direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido. (2010, p. 47).

O gesto de interpretação e os efeitos de sentidos constituem-se por meio do entrelaçamento da memória institucionalizada (arquivo) com a memória constitutiva (interdiscurso – efeitos de memória). Nesse ínterim, estabilizam-se ou deslocam-se sentidos.

A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. (ORLANDI, 2004, p. 31).

Não é, portanto, representação, mas o efeito da relação existente e necessária entre o sujeito com a língua e com a história. É neste confluir ideologia-língua-história que se constituem sujeitos. “É pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que se inaugura a discursividade.” (ORLANDI, 2010, p.48). Conforme Grigoletto (2003, p. 01)., “[...] o ideológico e o inconsciente, a partir de Pêcheux, não podem mais ser pensados como elementos ‘residuais’ da linguagem, mas como elementos constitutivos de todo e qualquer discurso e, conseqüentemente, de todo sujeito”.

Dessa forma, não há como se desvincular o sujeito da linguagem, uma vez que é constitutivo desta. Evidencia-se, portanto, uma quebra de paradigmas no interior da linguística a partir do surgimento da Análise de Discurso. A quebra de paradigmas, a ruptura, está intimamente ligada à noção de sujeito defendida por Pêcheux.

“UNIDADE 3

Análise de Discurso: gesto de interpretação

Até aqui, foram apresentados alguns conceitos da Análise de Discurso, bem como sua gênese enquanto disciplina. Nesta unidade, faz-se, mesmo que brevemente, um gesto de análise, a fim de elucidar um pouco mais esta disciplina de entremeio. Para isso, toma-se como texto a ser analisado a obra *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral. Antes de adentrar especificamente na obra, faz-se necessário evidenciar as condições de produção em que o texto-imagem de Tarsila do Amaral foi criado. O Brasil passava por um período de grande transformação, assim como outros países. No que se refere à política, o país estava sob o regime da República Velha, que representava os interesses das oligarquias rurais. Nesse período, vigia a conhecida política do café com leite. “Em 1917, cresce a agitação política entre o operariado, difundem-se ideias anarquistas e socialistas, por meio de publicações e jornais operários. É importante, nesse contexto, a experiência anarco-sindical trazida pelos imigrantes italianos.” (CEREJA, MAGALHÃES, 1995, p.304).

Por sua vez, no campo da cultura, 1917 é também um ano marcado por acontecimentos importantes como publicações, exposições que geram polêmicas, fatos que dinamizam o processo de renovação artística e cultural que tem seu ápice na Semana de Arte Moderna, de 1922. Este movimento desperta nos artistas da época um desejo de mudança de paradigmas artísticos.

O modernismo, no Brasil, tem duas fases: a primeira, de 1922 a 1930, na qual está inserida a feitura de *Abaporu*, é caracterizada pelas tentativas de solidificar o movimento renovador. Embora

havendo diversidade de ideias e correntes, de modo geral, os artistas defendem ideias convergentes: reconstrução da cultura brasileira, apoiando-se em bases nacionais; promoção de uma revisão crítica do passado histórico e cultural do país; eliminação do complexo de país colonizado, apegado aos valores estrangeiros. Assim, reiteram-se ideais nacionalistas.

Em 1922, inspirados num abortado Congresso do Espírito Moderno, que ocorreria na França, os artistas brasileiros realizam a Semana de Arte Moderna. Neste ano, comemorando-se 100 anos da independência do país, é uma oportunidade para marcar a independência artística e cultural do Brasil em relação aos países europeus, em especial a França.

O Brasil, no momento da produção da obra de Tarsila, passa por uma transição no que se refere às artes aqui produzidas. Poucos anos antes, em 1922, há a Semana de Arte Moderna, na qual a pintora, juntamente com Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti e Menotti del Picchia, o Grupo dos Cinco, reivindicam autonomia nas artes brasileiras, um rompimento com os preceitos estabelecidos pelas artes europeias. “A ideia era absorver o máximo possível das culturas estrangeiras, devorá-las e, a partir disso, construir uma linguagem nacional.” (CORREA, 2015, p. 82).

Nesse cenário Tarsila do Amaral se insere. Num cenário de rupturas e pretensão de novas perspectivas para as artes brasileiras, sua obra inaugura o Movimento Antropofágico das artes no Brasil. Este movimento tem como objetivo instaurar uma arte tipicamente brasileira, ressaltar a brasilidade. Assim, o movimento Antropofágico põe em evidência uma identidade artística nacional, a existência de um compromisso com o resgate da brasilidade, do que é a arte brasileira, o que é o homem nacional, deixado de lado nas outras vertentes artísticas advindas da Europa e reproduzida por aqui. Abaporu erige-se como um momento de contemplação do que é ser brasileiro.

Na obra *Abaporu*, observa-se cactos, um círculo ao meio que representa o sol em meio a um céu azul, uma figura de corpo deformado que toma grande espaço da tela, com pés e mãos gigantes, mas com cabeça pequena. Não se pode definir o gênero, mas que está sentada numa planície verde. A figura solitária, sentada, apresenta o braço esquerdo dobrado sobre o joelho e sustenta, levemente, a cabeça. As cores predominantes na obra são o verde (cacto, planície), amarelo (sol), azul (céu), que remetem às cores da bandeira brasileira.

A obra foi dada, por Tarsila do Amaral, ao marido, em 1928. O *Abaporu* insere-se na fase antropofágica de Tarsila do Amaral. O próprio nome da obra remete a isso, pois é a imbricação das palavras tupi-guarani 'aba', que significa 'homem', e 'poru', que significa comer. Tal imbricamento remete à palavra antropofagia, o que permite interpretar o título da obra como homem que come carne humana. O movimento antropofágico brasileiro, metaforicamente, significa a deglutição do outro, neste caso, da cultura do outro para fazer nascer a cultura tipicamente nacional. O *Abaporu* revela a imagem do sujeito brasileiro, pregada a um cenário solitário, seco e árido: como a cultura brasileira, até aquele momento.

Este sujeito pintado com os pés e mãos desproporcionais em relação à cabeça significa o enraizamento, o pertencer ao lugar de forma desmedida, enquanto a cabeça pequena, segundo apontam alguns estudiosos, remete à falta de senso crítico: mãos fortes para o trabalho, mas pouca luta para reverter as condições sociais e culturais.

Neckel, ao analisar *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, o entende como texto a ser lido, analisado, interpretado. No entanto, ressalta que “[...] um texto não significa em si mesmo, há nele, e, a partir dele, uma relação de exterioridade e de determinações histórico-sociais.” (2007, p. 150). Cabe ao

analista interpretar este texto, procurando na exterioridade elementos para compreendê-lo. Essa exterioridade se dá a partir da memória.

Interdiscursivamente evidencia-se uma relação estabelecida entre o *Abaporu* e o Pensador, uma das mais conhecidas esculturas do mundo, produzida por Auguste Rodin. A posição em que se encontra a figura central de *Abaporu* remete à posição da escultura de *O Pensador*. Assim, o sujeito expresso na obra de Tarsila sinaliza o ressignificar da cultura brasileira e das ancestralidades do povo. Nisso, entram em jogo, por meio da memória discursiva, o resgate de uma cultura indígena, suprimida pelos portugueses durante a colonização, gerando certa negação e a não identificação do sujeito-brasileiro com esta cultura.

O discurso de resistência ressoa, portanto, como um dos efeitos de sentido possíveis para a obra brasileira.

“ REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. Trad. José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni (org.). O papel da memória. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-22.

ALTHUSSER, Louis. (1970) Aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Trad. Walter J. Evangelista; Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Original em francês.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Literatura brasileira. São Paulo: Atual, 1995.

CORREA, Vivian Sheila Elizabeth da Cunha Aschermann. Literatura e Artes Plásticas: uma nova linguagem. O Modernismo Brasileiro uniu as formas de representação literatura e artes plásticas, dialogando em prol da renovação das artes brasileiras. Lisboa, 2015. Dissertação. Departamento de Humanidades Mestrado em Estudos Comparados-Literatura e Outras Artes. Universidade Aberta de Portugal.

COURTINE, Jean Jacques. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. Trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A ciranda dos sentidos. In: ROMÃO, Lucilia Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina. (orgs.). Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2008. p. 13-22.

GRIGOLETTO, Evandra. O movimento de desidentificação do sujeito: uma reflexão a partir de “Semântica e Discurso”. In: Anais SEAD, 2003. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead1_paineis.html. Acesso em: set.2017.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTIMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). Memória e História na/da Análise de Discurso. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2010.

_____. Cidade dos sentidos. Campinas: Pontes, 2004.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. A Tessitura da textualidade em “Abaporu”. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação ISSN 1981 - 9943 Blumenau, v. 1, n. 1, p. 145 - 157, maio/ago. 2007

PAVEAU , Marie-Anne; SARFATI, George-Élia. As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. (1975) Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do ‘Dispositivo experimental’ da Análise de Discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (orgs.). Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua e linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2010. p.11-24.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: Mussalin, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.353-392.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1999.

Zandwais, Ana. Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, 2009.